



MULHERES NEGRAS EM MARCHA: POR REPARAÇÃO E BEM VIVER E PELO FIM DAS VIOLÊNCIAS E DOS FEMINICÍDIOS!

Carta Compromisso das Mulheres Negras do Nordeste para candidatas e candidatos ao Executivo e Legislativo - Eleição 2026

Nós, mulheres negras, dos centros, periferias, comunidades tradicionais, favelas, quilombos, margens ribeirinhas, escolas, terreiros, organizações e tantos outros espaços, da região Nordeste e do país, reafirmamos que o enfrentamento à violência de raça e gênero é parte indissociável da construção de um Brasil comprometido com a vida, a dignidade e o Bem Viver. Nossa luta não nasce de ontem: ela é continuidade das que vieram antes de nós e ponto de partida para as que virão.

Estivemos na Marcha Global em Brasília, em novembro de 2025, com mais de 300 mil mulheres, reivindicando Reparação para as populações vitimadas pelo racismo e Bem Viver para todas as pessoas. No contexto da Marcha, construímos junto a mulheres negras de todo país um documento orientador do Comitê de Enfrentamento a Violência Baseada em Gênero, referência viva desta carta.

Nos mobilizamos também em âmbito regional a partir da Rede de Mulheres Negras do Nordeste para ampliar as vozes pelo fim das violências, considerando a conjuntura da região, com índices altos e políticas públicas incapazes de impedir a perda de um número enorme de mulheres, em sua maioria negras.

As mulheres negras no Brasil enfrentam desigualdades estruturais produzidas pela articulação entre o racismo patriarcal, o colonialismo e as heranças da escravização. Essas estruturas restringem o acesso a direitos e oportunidades, impactando a educação, a saúde, o trabalho, a segurança,



a participação política e a vida cotidiana. A violação do direito à vida e à dignidade se manifesta na maior incidência de feminicídios, na precariedade dos serviços públicos em territórios periféricos, na criminalização do aborto e nas barreiras ao exercício dos direitos reprodutivos. No sistema de saúde, o racismo institucional perpétua negligência, violência obstétrica, desrespeito à autonomia e mortalidade materna, agravadas pela ausência de mecanismos eficazes de responsabilização.

No campo econômico e da justiça, as mulheres negras permanecem concentradas em ocupações precarizadas, informais e mal remuneradas, enfrentando discriminação, racismo, sobrecarga do trabalho de cuidado e falta de políticas que promovam autonomia econômica e acesso a oportunidades.

Paralelamente, são desproporcionalmente afetadas pelas diversas violências do Estado - inclusive a policial, o encarceramento em massa e a dificuldade de acesso à justiça. Essas desigualdades se intensificam quando se cruzam com outras formas de vulnerabilidade, como deficiência, identidade LGBTQIAPN+, migração, refúgio ou residência em áreas rurais e periféricas, ampliando barreiras ao acesso à saúde, educação, proteção, mobilidade e demais direitos.

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas interseccionais que promovam educação antirracista, antissexista e decolonial, valorizem os saberes e a representatividade de meninas e mulheres negras e enfrentem a violência política de raça e gênero que limita a participação das mulheres negras nos espaços de decisão. Também é necessário reconhecer e apoiar as redes comunitárias de cuidado historicamente construídas, ampliando serviços de acolhimento e proteção. Por fim, a promoção da cooperação e da solidariedade internacional deve garantir a participação efetiva das mulheres negras nos espaços globais de decisão, superando barreiras de financiamento, acesso e representação para que possam influenciar as políticas que impactam suas vidas.

Assim, propomos de forma direta a cada pessoa que estará candidata a cargo no Executivo ou no Legislativo:

Poder Executivo (Federal, Estadual e Municipal, conforme competência)

1. Governança e políticas públicas (prioridade máxima)

- Implementar políticas públicas integradas, com orçamento dedicado, metas de equidade racial e de gênero, monitoramento permanente e produção de dados desagregados por raça, gênero, território e demais marcadores de vulnerabilidade.
- Integrar saúde, assistência social, educação, segurança pública, justiça e direitos humanos, com protocolos unificados de acolhimento, escuta qualificada e fluxos que evitem a revitimização.
- Instituir formação continuada obrigatória em letramento racial, antissexismo e perspectiva interseccional para profissionais de todas as áreas do Estado.

2. Saúde

- Implementar integralmente a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) em toda a rede do SUS, com indicadores de equidade e participação social.
- Garantir acesso ao aborto legal, eliminando barreiras administrativas, institucionais, morais ou religiosas.
- Fortalecer protocolos de parto humanizado, enfrentamento ao racismo institucional e à violência obstétrica, ampliando redes de doulas, parteiras e coletivos comunitários.
- Ampliar serviços de saúde mental, apoio psicossocial e canais independentes de denúncia, com responsabilização de instituições e profissionais por práticas discriminatórias

3. Proteção social e enfrentamento à violência

- Fortalecer e ampliar a rede de proteção às mulheres negras, com atendimento humanizado, antirracista e interseccional.

- Implementar programas de prevenção às violências com presença efetiva do Estado em periferias, favelas e áreas rurais.
- Criar abrigos acessíveis e preparados para acolher mulheres negras em sua diversidade, garantindo comunicação acessível e mediação linguística.
- Reconhecer e apoiar redes comunitárias de cuidado, rodas de escuta e iniciativas conduzidas por mulheres negras.

4. Trabalho e autonomia econômica

- Ampliar creches integrais, políticas públicas de cuidado e planejamento familiar.
- Implementar ações afirmativas para acesso, permanência e ascensão de mulheres negras no mercado de trabalho.
- Expandir programas de qualificação profissional com bolsas, acessibilidade e criação de iniciativas de economia criativa e solidária nos territórios.

5. Justiça e segurança pública

- Fortalecer Defensorias Públicas, Ouvidorias Externas, mecanismos de prevenção à tortura, justiça restaurativa e transparência sobre letalidade policial.
- Instituir formação obrigatória em direitos humanos, relações raciais e gênero para policiais, integrantes do sistema de justiça e sistema prisional, com mecanismos independentes de fiscalização.
- Implementar política de reparação às mães e familiares de vítimas da violência estatal, com assistência jurídica, apoio psicossocial e garantias de não repetição.

6. Educação

- Implementar efetivamente a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) nos Projetos Político-Pedagógicos.

- Promover formação continuada de docentes em educação antirracista, antissexista e decolonial.
- Revisar currículos e materiais didáticos, fortalecer programas de permanência para meninas negras e implementar protocolos de enfrentamento ao racismo, sexismo e LGBTfobia.
- Criar mecanismos de participação estudantil e monitoramento por indicadores de equidade.

7. Participação política e cooperação internacional

- Implementar mecanismos de proteção para mulheres negras na política, incluindo protocolos contra violência política de gênero e raça.
 - Fortalecer programas de formação política e redes de mulheres negras.
 - Viabilizar a participação internacional de mulheres negras por meio de bolsas, fundos para viagens, tradução, cuidados e mecanismos de proteção para defensoras de direitos humanos.
 - Fortalecer a cooperação Sul-Sul e garantir a participação de organizações de mulheres negras em espaços multilaterais.
-

Poder Legislativo

1. Marco legal e orçamento (prioridade máxima)

- Aprovar legislação que assegure financiamento permanente e orçamento específico para políticas de promoção da igualdade racial e de gênero.
- Fortalecer os mecanismos de fiscalização, transparência e prestação de contas das políticas públicas voltadas às mulheres negras.

2. Direitos das mulheres e saúde

- Aperfeiçoar a legislação para garantir o acesso ao aborto legal, vedando barreiras administrativas ou institucionais.

- Estabelecer em lei protocolos nacionais de enfrentamento ao racismo institucional e à violência obstétrica, com responsabilização dos serviços.

3. Trabalho e proteção social

- Ampliar, por meio de legislação, políticas de cuidado, creches e proteção às trabalhadoras, especialmente às mulheres negras em situação de informalidade.
- Fortalecer ações afirmativas e mecanismos legais de promoção da igualdade no mercado de trabalho.

4. Justiça e segurança pública

- Promover reformas estruturais no sistema de segurança pública e justiça, incluindo mecanismos de controle externo, responsabilização por violações de direitos humanos e fortalecimento das instituições de controle.
- Instituir política nacional de reparação para vítimas e familiares da violência estatal.

5. Educação

- Fortalecer o marco legal da Educação para as Relações Étnico-Raciais, assegurando sua implementação obrigatória e mecanismos de avaliação.

6. Democracia e participação política

- Aperfeiçoar a legislação de combate à violência política de gênero e raça.
- Ampliar mecanismos legais de financiamento e promoção da participação política de mulheres negras.

7. Cooperação internacional

- Incorporar a perspectiva de raça e gênero em acordos e instrumentos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e fortalecer mecanismos de cooperação internacional voltados à promoção dos direitos das mulheres negras.

Reiteramos que o Bem Viver, princípio orientador da nossa luta, só será possível com instituições que reflitam a diversidade do povo brasileiro e que estejam comprometidas com a superação das desigualdades de raça e gênero.

Nós, mulheres negras, convocamos toda a sociedade e representantes políticos comprometidos com a construção de uma sociedade justa, ao dever de assumir a responsabilidade direta com esta agenda executiva e legislativa, reconhecendo que reparar desigualdades exige não apenas enfrentar violências e promover inclusão, mas também reconfigurar, de maneira ousada e radical, as bases institucionais, econômicas, urbanas, ambientais e sociorraciais que moldam o Estado brasileiro.

Seguimos organizadas, firmes e enraizadas em uma esperança que não se confunde com espera, mas que se traduz em movimento.

Rede de Mulheres Negras do Nordeste

